

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Eletrobras, uma incógnita

Bastou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizer que não haverá mais privatizações para que a turma da Eletrobras ficasse para lá de preocupada com riscos de reversão. Essa hipótese chegou a ser debatida na equipe de transição, mas não passou para o papel.

Vai que cola

Impossível reverter não é. Porém, o custo político pode ser muito alto. Na equipe de transição, há quem diga que Lula já está com polêmicas demais nas mãos para comprar mais essa. Só tomaria qualquer decisão nesse sentido se fosse consenso no país, o que não é.

Enquanto isso, lá fora...

Se o Brasil resolver reverter a privatização da Eletrobras, não seria o único. Países da Europa, como Alemanha, têm seguido por esse caminho.

Uma tarefa para o Prerô

Caberá aos advogados, em especial, aqueles do grupo Prerrogativas, buscar justificativas para a indicação do ex-ministro Aloizio Mercadante para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ideia é dizer que ele, na verdade, era um colaborador sem estar formalmente vinculado à campanha, uma vez é da Fundação Perseu Abramo.

Fumou, mas não tragou

A legislação veda a participação na diretoria de “pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral”. Os advogados vão tentar demonstrar que Mercadante contribuiu com o programa de governo, mas não estava na Executiva do partido — apesar de o caminho ter sido facilitado pela aprovação, ontem à noite, do PL que reduz para 30 dias a quarentena de indicados para cargos de presidente ou diretor de empresas públicas.

Primeiro acerta, depois vota

A ideia do relator Elmar Nascimento (União Brasil-BA) de só votar amanhã a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição está diretamente relacionada ao destino do orçamento secreto (as emendas de relator). Se o Supremo Tribunal Federal (STF) mantiver as emendas, ainda que determine

transparência, segue o jogo da PEC sem grandes atropelos. Se o Centrão se sentir “traído”, o inferno é o limite.

A ideia de colocar Elmar Nascimento como relator, aliás, tem esse objetivo. Elmar, líder do União Brasil, é um dos entusiastas das emendas parlamentares e tem aliados em cargos na Codevasf, na Bahia.



CURTIDAS

Deixa quieto! As apostas mais recentes colocam a ex-presidente Dilma Rousseff como embaixadora na Espanha. É que, em Portugal, está o ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro. Ninguém vai mexer com ele.

Muito além do samba! Já tem gente cogitando a indicação do advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, para embaixador do Brasil na França. Anfitrião de uma festa para Lula, com roda de samba, logo depois da diplomação, Kakay tem apartamento na cidade-luz.

Veja bem! A ida de Kakay para a embaixada, no entanto, é vista com um certo desdém pelo Itamaraty. O posto de Paris é um dos mais cobiçados e é preciso valorizar os diplomatas de carreira.

Enquanto isso, no Alvorada... O PL tenta convencer o presidente Jair Bolsonaro, que continua deprimido, de que o caminho correto é se preparar para 2026. Ainda que ninguém tenha sido preso na noite de segunda-feira, depois dos atos terroristas, o processo eleitoral terminou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Posse prestigiada! É hoje a de Bruno Dantas (foto) no TCU. Vai reunir autoridades de ontem, de hoje e de amanhã.

NOVO GOVERNO

Gestão do presidente eleito Lula prepara uma mega-suspensão de medidas baixadas por Jair Bolsonaro. De acordo com Aloizio Mercadante, coordenador técnico do gabinete de transição e indicado para o comando do BNDES, “só de revogações tem 23 páginas”

Decretos têm os dias contados

» HENRIQUE LESSA

O futuro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva promoverá, assim que for empossado, em 1º de janeiro de 2023, um “revogação” de decretos baixados pelo presidente Jair Bolsonaro. O anúncio foi feito ontem pelo coordenador técnico do gabinete de transição, Aloizio Mercadante, confirmado para o comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, **leia mais na página 7**).

Apesar de não ter detalhado aquilo que será tornado letra morta pelo próximo governo, deu a entender que tudo, ou quase tudo, será tornado ilegal.

“Só de ‘revogações’ tem 23 páginas. Então, estamos revogando tudo”, adiantou.

Mercadante, porém, destacou que as suspensões ainda passarão por uma análise técnica cuidadosa sobre as possíveis implicações e, em seguida, serão encaminhadas aos futuros ministros de cada área. Um dos setores que deve ter muitos decretos revogados é o que diz respeito à regulamentação das armas, conforme já antecipou o futuro ministro da pasta Flávio Dino.

O coordenador disse, também, que o diagnóstico da transição aponta para uma situação de apagão fiscal em todo o Poder Executivo: “O governo

O governo (Bolsonaro) disse que a situação fiscal está muito boa. Para quem? Educação não tem livro didático. Na Saúde, não tem recursos para a Farmácia Popular. Para qualquer área que a gente tem olhado, não tem dinheiro.”

Aloizio Mercadante, coordenador técnico do gabinete de transição

(Bolsonaro) disse que a situação fiscal está muito boa. Para quem? Educação não tem livro didático, reajuste de merenda, bolsa de estudos da Capes. Na

Saúde, não tem recursos para a Farmácia Popular ou tratamento de câncer. Para qualquer área que a gente tem olhado, não tem dinheiro. Para a Defesa Civil, não

tem investimento em obras hídras estruturantes e nem prevenção contra desastres naturais”, enumerou.

Efeito perverso

Para ele, essa situação tem efeito direto sobre as camadas mais desassistidas da população: “Quem está pagando a conta desse apagão fiscal são os pobres, aqueles que mais precisam do Estado. Vamos entrar o ano e não tem previsão para o Bolsa Família e para o salário mínimo”, lamentou, acrescentando que a PEC da Transição é indispensável para “cobrir os buracos que estamos encontrando em cada pedaço”.

A cerimônia de encerramento da transição aconteceu após a entrega dos relatórios finais de cada área ao coordenador-geral, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, no último domingo. “A gente pode dizer que essa foi a transição mais participativa de todos os governos”, disse. Foram quase mil integrantes nos grupos de trabalho (GT).

Mas, apesar do encerramento formal da transição, as coordenações dos núcleos setoriais seguem trabalhando no diagnóstico das áreas sem ministros indicados. Segundo Mercadante, “a coordenação do governo de transição continua trabalhando para que todos os ministros tomem posse”.

MDB briga por 3 ministérios e colocará Tebet em um deles

» VINICIUS DORIA

A presença da senadora Simone Tebet (MDB-MS), ontem, na cerimônia de encerramento dos trabalhos dos grupos temáticos do gabinete de transição agitou os bastidores do CCBB. Recebida como celebridade por voluntários que aguardavam, em fila, a hora de entrar no auditório, ela tirou fotos, ganhou abraços, deu entrevistas, mas recusou-se a comentar sua provável indicação para o ministério do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Essa costura está sendo conduzida pelo presidente do partido, deputado federal Baleia Rossi (SP), que, no início da manhã, reuniu-se por mais de uma hora com a presidente do PT e coordenadora política do gabinete provisório, Gleisi Hoffmann (PR). O MDB deverá ter três ministérios, e Tebet estará em um deles.

A senadora enfrenta a oposição de alas influentes do PT para assumir o futuro Ministério do Desenvolvimento Social, que substituirá a atual pasta da Cidadania. O órgão vai ser a responsável pela principal bandeira do partido, o Bolsa Família, e é a preferida da senadora, que foi uma das coordenadoras do grupo correlato do gabinete provisório. Com a reação petista, Tebet deverá, porém, ser aquinhoadada com outra pasta de visibilidade. “Garanto que não serei ministra da Agricultura”, assegurou.

Agradecimento

Para evitar mais ruídos, Lula elogiou publicamente o apoio que recebeu da senadora à sua campanha, em uma das únicas citações nominais de políticos não petistas na lista de agradecimentos. O

Vinicius Doria/D.A.Press



Ministeriáveis: Tebet encontra-se com a deputada eleita Marina Silva

outro lembrado foi o senador paranaense Carlos Fávaro, cotado como nome do PSD para o Ministério da Agricultura.

“Quero agradecer à senadora Simone Tebet, que teve um papel importante na minha campanha, e a outras pessoas que, no anonimato, apoiaram a gente”, disse o presidente eleito.

Tebet está convencida de que não precisa comprar briga com o PT. Pastas como Educação e Meio Ambiente (cuja principal candidata é a deputada eleita Marina Silva, Rede-SP) estão na mesa de negociação de Baleia Rossi com Gleisi e Lula. “Essa (definição de ministérios) é uma questão que vai ter que perguntar para o presidente do partido. Estou aqui como senadora e como convidada do grupo de coordenação na área do desenvolvimento social”, desconvosou a senadora sobre a

presença no evento.

Além da pasta a ser destinada a Tebet, o MDB pleiteia mais dois ministérios para atender às bancadas na Câmara e no Senado. A cota dos senadores deverá ser preenchida pelo senador eleito Renan Filho, filho de Renan Calheiros (MDB-AL) — principal líder da bancada nordestina que apoiou Lula desde o primeiro turno. O representante da Câmara ainda está sendo negociado. O senador eleito Elder Barbalho tenta emplacar o nome do irmão, Jader Filho (MDB-PA), mas a bancada prefere um veterano como José Priante Junior, também paraense.

Também ontem, a cantora Margareth Menezes confirmou ter aceitado o convite de Lula — com quem se encontrou — para assumir o comando do Ministério da Cultura, que será recriado. **(Colaborou Victor Correia)**